

1

2

3

4

5

6

7

Data: 30 e 31 de junho de 2007

8

Local: Av. Afonso Pena, 2918, Faculdade de Tecnologia SENAI/FIEMG – Belo Horizonte - MG

9

PARTICIPANTES:

10

Poder Público Estadual (IGAM/MG): Breno Esteves Lasmar, membro titular;

11

Poder Público Estadual (SRH/BA): Ana Cacilda Resende Reis, membro titular;

12

Poder Público Estadual (SEMARH/BA): Larissa Cayres de Souza, membro suplente;

13

Poder Público Federal (MI): Rosalvo Oliveira Jr., membro suplente;

14

Poder Público Federal (AHSFRA/CODEBA): Sebastião José Marques de Oliveira, membro titular;

15

Poder Público Federal (SRH/MMA): Márley Caetano Mendonça, membro titular;

16

Setor Usuário (CHESF): Patrícia Maia, membro suplente;

17

Setor Usuário (CEMIG/MG): Marcelo de Deus, membro titular;

18

Setor Usuário (CASAL/AL): Maria de Fátima Acioly de Castro, membro titular;

19

FALTAS JUSTIFICADAS:

20

Sociedade Civil (UFBA/BA): Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, membro titular;

21

Poder Público Estadual (SEMARH/AL): Luiz Roberto Porto Farias, membro titular;

22

Poder Público Estadual (SECTMA/PE): Sandra Ferraz de Sá Wanderley, membro titular;

23

AUSENTES:

24

Poder Público Estadual (SEMARH/SE): Breno Bérqson Santos, membro titular;

25

Sociedade Civil (UCB/DF): Paulo Quermes, membro titular;

26

CONVIDADOS:

27

Poder Público Federal (ANA): Wilde Cardoso Gontijo Jr.

28

Poder Público Federal (ANA): Patrick Thomas

29

Poder Público Estadual (IGAM/MG): Janaína de Oliveira Lima

30

Poder Público Estadual (IGAM/MG): Carinna Gonçalves Simplício

31

Poder Público Estadual (IGAM/MG): Maricene Menezes de Oliveira

32

Consultor (Gama Engenharia): Jaildo Santos Pereira

33

Setor Usuário (CHESF): Douglas Falcão Wanderley

34

Setor Usuário (FIEMG): Wagner Soares Costa

35

Setor Usuário (FIEMG): Ana Cristina da Silveira

36

Setor Usuário (COPASA): Valter Vilela Cunha

37

Poder Público Estadual (SRH/BA): Elba Alves Silva

38

Setor Usuário (AIBA): João Lopes Araújo

39

Setor Usuário (FIEB/BA): Walter Farias G. Junior

40

Poder Público Estadual (SRH/PE): Simone Rosa da Silva

41

Poder Público Estadual (SEMARH/SE): Renilda Gomes de Souza

42

Setor Usuário (CEMIG): Rander Abrão Tostes

43

Sociedade Civil (CBH Velhas): José Nelson de A. Machado

44

Diretoria Colegiada (CBHSF): Thomaz Mata Machado

45

RELATORIA

46

Silvana Sandes Tosta, responsável pela Coordenação e Suporte Técnico / CBHSF

47

Rita Paula Santos, responsável pela Coordenação e Mobilização / CBHSF

48

PAUTA

49

Dia 30 de Julho:

50

Informe sobre reunião ANA com Secretarias Estaduais e com a Diretoria do CBHSF;

51

Leitura e aprovação da ata da última reunião CTIL;

52

Elaboração da Minuta de Deliberação que aprova o Modelo de Agência de Água da Bacia;

53

☒ BAHIA: Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,

54

SL. 1203 – Bairro Pituba - CEP. 41.810-012 – Salvador – Bahia

55

☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 / 3341-3562 / 3272-9710

E-mail: secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br

56 Discussão da minuta de Deliberação sobre a Forma de Funcionamento da CTAI;
57 Discussão sobre encaminhamentos Agência;
58 O que ocorrer;
59 *Dia 31 de Julho (Reunião conjunta CTIL e CTOC):*
60 Apresentação da Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre Agência de
61 Água da Bacia;
62 Apresentação da Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre a
63 Implementação da Cobrança;
64 Discussão das Câmaras Técnicas e elaboração de minuta de parecer;
65 O que ocorrer;

66 **ASSUNTOS DISCUTIDOS**

67 Na reunião do dia 30 de Julho, Wilde Gontijo propôs alteração de pauta, incluindo dois itens: *Informe*
68 *sobre reunião ANA com Secretarias Estaduais e com a Diretoria do CBHSF e Discussão sobre*
69 *encaminhamentos Agência*. Quanto ao primeiro item, Wilde Gontijo colocou que em 03 de Julho, na
70 Agência Nacional de Águas, houve uma reunião conjunta entre a Diretoria Colegiada do CBHSF,
71 Secretários Estaduais e Diretoria da ANA. Nesta reunião, discutiu-se o presente estágio das
72 discussões de Agência de Água da Bacia e Cobrança, incluindo a apresentação do produto 4 de
73 Agência de Água. Em seguida, discutiu-se a composição da ata da última reunião CTIL. Marcelo de
74 Deus informou que a sua ausência à reunião de 18 e 19 de julho foi justificada com antecedência.
75 Wilde Gontijo repassou a SECEX, um arquivo contendo as suas sugestões de mudança na ata.
76 Rosalvo Jr. pede que seja acrescido a ata, a questão da publicização das reuniões das Câmaras
77 Técnicas. Em função do conteúdo da ata não refletir integralmente as colocações feitas por cada
78 membro da Câmara Técnica, ficou definido que esta ata será reenviada a todos para que possam
79 fazer as devidas correções, dando-se um prazo de retorno. As contribuições serão recebidas por
80 todos, inclusive a SECEX. Caberá a SECEX, fazer o compilamento e reenviar para que todos
81 possam aprová-la. Após a certificação de todos, a ata será considerada aprovada e encaminhada ao
82 site do CBHSF. Ficou definido que a SECEX enviará a todos cópia dos pareceres 2 e 3 sobre os
83 Estudos de Agência de Água (elaborados pela CTIL e referendados pela Diretoria Colegiada pelo
84 CBHSF), assim como a versão modificada da Deliberação 26 (regimento interno), ocorrida na
85 reunião CTIL ocorrida em Recife. Com relação ao item *Discussão da minuta de Deliberação sobre a*
86 *Forma de Funcionamento da CTAI*, Larissa Cayres propõe que este tópico seja discutido em um
87 outro momento, em função deste assunto não ser alvo de discussão na plenária de Piranhas e o
88 tema Agência de Água demandar, neste momento, uma maior necessidade de discussão. Foi
89 levantada a necessidade de se apresentar a proposta de regulamento interno elaborado pela CTIL à
90 CTAI, afim de se discutir quais atribuições competiriam a esta Câmara Técnica; após receber as
91 contribuições desta, a CTIL encaminhará a proposta a Diretoria Colegiada do CBHSF. Em seguida,
92 discutiu-se o item *Elaboração da Minuta de Deliberação que aprova o Modelo de Agência de Água*
93 *da Bacia*. Os seguintes tópicos foram levantados: durante as discussões dos produtos dos Estudos
94 de Agência de Água, a ausência da consultora Maria Luiza Granziera em alguns encontros, foi
95 considerado como ponto negativo; a discussão dos produtos de Agência de Água deveria ter
96 ocorrido em paralelo com a CTAI, conforme Deliberação 30 do CBHSF, dando legitimidade aos
97 trabalhos da CTIL; foi visto como ponto negativo, a não ocorrência da discussão dos estudos sobre
98 agência, em todas as CCR's (faltou o Alto São Francisco), estando a CTIL representada apenas na
99 discussão na CCR SubMédio; a CTIL entendeu que não estão devidamente amadurecidos quanto a
100 opção por um determinado modelo jurídico de Agência e que não convém, neste momento, elaborar
101 uma minuta de deliberação; faz-se necessário a discussão a cerca do mérito da questão de agência,
102 já que a discussão até o presente momento centrou-se em adequação dos produtos apresentados
103 por Maria Luiza ao previsto no Termo de Referência (Plano de Trabalho); após ampla discussão, a
104 CTIL decidiu que durante a plenária em Piranhas, fará um relato de suas atividades no primeiro
105 semestre e das opções levantadas no estudo elaborado por Maria Luiza Granziera. Também
106 entende que se faz necessário fazer uma discussão ampliada com grandes empresários atuantes na
107 Bacia, sociedade civil e outros atores sociais e que é importante que sejam feitos estudos a partir do
108 ponto desenvolvido por Maria Luiza Granziera, centrando-se na discussão por méritos. Visando
109 subsidiar a plenária na discussão sobre modelo institucional de agência, a CTIL produzirá banners
110 explicativos a cerca dos modelos jurídicos de agência. Acha ainda que deve haver um trabalho
111 ampliado no CBHSF para discutir o papel do CBHSF e da Agência, além de realização de uma
112 oficina visando a discussão de missão de futuro, competência, estrutura, atribuições. Entende como
113 necessário a discussão de uma lei estadual no formato da 10881/04.

114 **REUNIÃO CONJUNTA CTIL E CTOC**

115 No dia 31/08 a reunião foi aberta pelos coordenadores Ana Cacilda/SRH coordenadora da
116 CTIL e João Araújo coordenador da CTOC que apresentaram a pauta conjunta de trabalho
117 para o dia. Ana Cacilda esclarece aos presentes que a CTIL entendeu não haver ainda

118 amadurecimento suficiente para apresentar uma proposição quanto ao modelo jurídico de
119 agência. Houve uma breve apresentação de todos os presentes e deu-se início a
120 apresentação de Wilde Gontijo/ANA de acordo com a pauta deste dia falando sobre
121 “Situação Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre Agência de Água da
122 Bacia”, antes de sua apresentação informou que o contrato de Maria Luiza Granziera
123 iniciou-se com a assinatura em 26/10/2006 com prazo final para o dia 10/08/2007 na
124 plenária do CBHSF, disse ainda que as discussões ficaram prejudicadas por falta de maior
125 envolvimento da CTAI nestas discussões, pois a mesma esteve neste período envolvida no
126 processo eleitoral do CBHSF. Fez uma demorada exposição sobre os produtos já
127 apresentados pela consultora, os relatórios de números 2 e 3, algumas dúvidas surgiram e
128 foram sanadas e em seguida falou sobre a o relatório de numero 4 – Avaliação Jurídico
129 Institucional das Alternativas, o qual já havia sido enviado a todos os representantes das
130 CT's e se encontrava disponível no site do CBHSF. Dentre os tópicos levantados, tem-se a
131 verificação da similaridade entre as legislações estaduais de recursos hídricos, a verificação
132 da não existência na Bacia de uma entidade que possa exercer a função de Agência de
133 Água, a necessidade de existência nos Estados de uma lei similar a 10881/04, necessidade
134 de aprofundamento das discussões das funções de comitê e de agência (articulação política
135 X articulação técnica), entre outros. Com relação ao produto 4 Wilde/ANA falou sobre a
136 possibilidade da Agência ser para um ou mais Comitês, que a articulação política é feita pelo
137 Comitê e a articulação técnica pela agência, expôs sobre a relação contratual e as
138 diferentes atribuições dos órgãos de Estados. Rosalvo Oliveira Jr/MIN colocou que deve
139 estar muito claro durante a plenária o que é atribuição do Comitê e da agência, Marcelo de
140 Deus/CEMIG diz que “não apenas se coloca as atribuições das agências e dos Comitê, mas
141 sim, deixar claro as atribuições de quem faz o quê e onde se faz”. Wilde Gontijo/ANA
142 continua sua exposição e fala sobre como Entidade Delegatária deve atuar: sua atribuições,
143 definição de custo, contrato de gestão (metas, indicadores e condições), indicação pelos
144 CBHs, delegação ao CNRH e CERHs e a cobrança pelo uso. José Nelson/CBHVelhas
145 esclarece que a Peixe Vivo foi criada em março de 2006, só está equiparada e não funciona
146 ainda como agência, o cronograma para funcionamento final como agência deve sair em
147 2008 através do IGAM. Wilde Gontijo/ANA continua sua exposição falando agora sobre
148 Consórcio Público de Direito Público: protocolo de intenções, ratificação por leis, indicação
149 dos CBHs e delegação ao CNRH e CERH. Após a explicação foi feito um encaminhamento
150 para a CTIL que consiste na realização de uma oficina de trabalho, construída de forma
151 coletiva, englobando a seguinte pauta, distribuída em 4 tópicos: 1. missão/visão de futuro,
152 atribuições Agência X Comitê, estrutura executiva, sustentabilidade financeira, normativos
153 para atuação. 2. Normativos: ajustes nas legislações – 10.881/04, CFURH – compensação
154 financeira pelo uso dos recursos hídricos, deliberações. 3. Contrato de Gestão: programa de
155 trabalho, metas e indicadores de desempenho. 4. Articulação. Durante esta exposição vários
156 esclarecimentos foram feitos. Ana Cacilda/SRH-BA diz que não existe amadurecimento da
157 CTIL para recomendar a plenária o modelo jurídico institucional para o CBHSF o que se
158 pode é colocar os estudos e entendimentos obtidos até o momento pela CTIL, continua
159 dizendo que “há necessidade de aprofundamento dos estudos dos 2 exemplos de
160 associação civil e que a CTIL não apresentará uma minuta de deliberação e sim um parecer
161 e recomendações ao plenário do CBHSF. Também colocou sobre a não participação da
162 CTAI nestas discussões o que não se cumpre o que foi colocado na deliberação nº 30 do
163 CBHSF. Thomaz Mata Machado/UFGM pergunta objetivamente se a CTIL apresentará uma
164 proposta de deliberação e Ana Cacilda esclarece quanto a necessidade de deliberar, ou
165 não, neste momento. Coloca ainda que a CTAI não fez sua análise sobre o tema e que a
166 discussão efetiva de mérito se daria de agora em diante. Fala da necessidade de se seguir o
167 cronograma, fazendo o aprofundamento das questões e em função destes itens, não será
168 apresentado proposta de deliberação e sim um relato de critérios. Ana Cacilda afirma ainda
169 não ter dialogado com a Diretoria Colegiada ainda que a CTIL tenha feito o pedido
170 reiteradas vezes. Em nome da CTIL, pede uma reunião conjunta CTIL, CTAI e Diretoria
171 Colegiada a realizar-se antes da plenária de Piranhas. Márley Mendonça/MMA diz que as
172 discussões da agência vão muito além do âmbito da CTIL e que o papel dela é corroborar
173 ou não o que está sendo apontado no trabalho da consultora. Vê também a necessidade de
174 uma concertação política no sentido de avaliar se há ou não condições políticas para a

175 escolha de uma situação A ou B de modelos de agência. Foi proposto que a CTAL
176 encaminhe esforços no sentido de uma articulação institucional com a União, Estados,
177 Usuários, Organizações Cíveis e CBH afluentes. Também foi proposto que os gestores
178 estaduais e a ANA devem encaminhar esforços no sentido da operacionalização da Agência
179 no que se refere a: estrutura para arrecadação, procedimentos para o apoio e
180 acompanhamento do contrato de gestão e fluxo financeiro. Visando atingir estas metas,
181 propõe-se a construção de uma agenda para que a agência e cobrança possam significar a
182 integração de ações entre a União e os Estados. Encerrou-se assim o primeiro ponto de
183 pauta. Dando seqüência à pauta, Patrick Thomas/ANA fez a “Apresentação da Situação
184 Atual de Desenvolvimento do Relatório Final do Estudo sobre a Implementação da
185 Cobrança” Ao término de sua apresentação, Patrick fez algumas considerações: 1- segundo
186 a Lei 9433/97, só pode ter cobrança, onde exista comitê de bacia; 2- a cobrança
187 condominial não é suficiente para garantir a viabilidade financeira do CBHSF entretanto a
188 simulação com 1% de arrecadação alternativa pode-se viabilizar financeiramente o
189 funcionamento da agência de bacia do CBHSF, 3- os estudos da GAMA Engenharia se
190 encerram em 05 de setembro de 2007, a empresa tem um mês a partir desta data para
191 apresentação do relatório final, mas, independente dessa data, as discussões devem
192 continuar para as definições de valores a serem cobrados. Douglas Falcão/CHESF
193 esclareceu a questão da arrecadação/compensação que a CHESF já paga. Ana Cacilda
194 SRH-BA coloca que há necessidade de mais envolvimento dos usuários nas discussões
195 sobre a implementação da agência e cobrança. A partir deste ponto aconteceu uma
196 apresentação de Empresa GAMA Engenharia através de seu representante Jaildo Pereira,
197 falou sobre o plano de trabalho, o cronograma de entrega e quais produtos já foram
198 apresentados pela GAMA, esclareceu que estão sendo elencadas as variáveis das agências
199 existentes para ver se serão as mesmas variáveis a serem aplicadas no São Francisco,
200 continua em andamento o levantamento dos dados dos usuários característicos da região
201 para daí saírem às propostas para os valores de cobrança. Levantou-se a necessidade de
202 troca de documentos técnicos entre a CTIL e CTOC e a necessidade de uma reunião CTOC
203 para o início de setembro. Rosalvo Oliveira Junior/MIN diz que os bancos de dados
204 existentes no MIN foram colocados à disposição da GAMA Engenharia e, entretanto não foi
205 usado. Jaildo Pereira agradece e explica que não houve necessidade de uso desses dados,
206 pois a GAMA Engenharia possui um banco de dados e uma técnica que já estava com este
207 levantamento feito e alguns dados são levantados diretamente no campo in locu com o
208 próprio usuário para que se possa estar mais próximo da realidade daquela região. Foi
209 esclarecido ainda que depois do contrato terminado ANA/Gama Engenharia, há um prazo de
210 30 dias para que a empresa seja paga (até 5 de outubro). Encaminhou-se que pedido a
211 Diretoria Colegiada nova (a ser constituída), que se faça a distribuição de indicação das
212 Câmaras Técnicas, através da entrega de formulários e, assim que a CTOC exista, que seja
213 feita uma reunião com a participação de Jaildo Pereira. O terceiro ponto de pauta
214 “Discussão das Câmaras Técnicas e elaboração de minuta de parecer” abriu-se uma
215 discussão com Ana Cacilda SRH-BA reafirmando que “não existe amadurecimento da CTIL
216 para recomendar a plenária o modelo jurídico institucional para o CBHSF, a CTIL não
217 apresentará uma minuta de deliberação e sim um parecer e recomendações ao plenário do
218 CBHSF”. Foi proposto pela CTIL a confecção de banners explicativos para serem levados a
219 plenário do Comitê, os representantes da CTIL presentes nesta Plenária devem estar
220 informando e esclarecendo a todos os membros atuais e novos sobre os modelos jurídicos
221 institucionais possíveis para a criação da Agência de Água da Bacia do São Francisco e a
222 confecção ficará a cargo da Agência Nacional de Águas (layout deve ser enviado a Wilde
223 Gontijo). Ana Cacilda/SRH-BA coloca novamente a necessidade de reunião com a Diretoria
224 Colegiada e se diz decepcionada por saber da decisão da diretoria pelo modelo jurídico de
225 entidade delegatária de associação civil apenas hoje. Thomaz Mata Machado/UFMG coloca
226 que a CTIL deveria apresentar decisão pela natureza jurídica e isso está absolutamente
227 claro qual a decisão a ser tomada; coloca ainda que há diferenças entre a posição da
228 Câmara Técnica e da Diretoria Colegiada e que estas realidades devem ser apresentadas
229 em plenário; Patrícia Maia/CHESF diz que ficou surpresa com a reunião dos órgãos
230 gestores sem a participação das CT's e Wilde Gontijo/ANA passou que as pessoas que
231 estavam presentes nesta reunião estão muito abaixo das discussões que as Câmaras

232 Técnicas estão realizando; Larissa Gayres coloca a sua decepção pela posição assumida
233 pela Diretoria Colegiada; Fátima Acioly/CASAL-AL diz que a Diretoria Colegiada vai
234 reconhecer o trabalho feito pela CTIL e entender sua posição e não há porquê haver “racha”
235 com a Diretoria por esta postura da CTIL; Patrick Thomas/ANA diz que ficaria surpreso se a
236 CTIL tomasse a decisão, pois esta decisão é mais política do que técnica, a CTIL mostra
237 que entende que tem duas figuras adequadas e apresenta ao plenário e este decide, a
238 decisão nunca será da Diretoria Colegiada com a CTIL; Wilde Gontijo/ANA explica que a
239 reunião que aconteceu em Brasília com os representantes dos órgãos gestores foi para
240 nivelar e tomar decisão política houve unanimidade pela entidade delegatária de associação
241 civil, conhecimento técnico eles não tinham; continua dizendo que há necessidade que o
242 processo de cobrança avance e a discussão sobre a entidade delegatária seja feita, deve-se
243 tirar da plenária de Piranhas um plano objetivo com metas, datas, etc., construir o pacto de
244 gestão através da CTAI e o trabalho da CTIL deve subsidiar a discussão; Rosalvo Oliveira
245 Junior/MIN coloca que “a CTIL não quer e não vai deliberar e se quiser agente judicializa
246 pelo não cumprimento da deliberação nº 30”; Marcelo de Deus/CEMIG pondera quanto a
247 necessidade de existência de diálogo entre a Diretoria Colegiada e a CTIL, havendo
248 diferenças entre a decisão política e a decisão técnica. Diante as discussões apresentadas,
249 Thomaz da Mata Machado indica a necessidade de conversar mais sobre o tema e que a
250 Diretoria deve se reunir e discutir politicamente e ter uma conversa maior com as CT’s
251 envolvidas no processo. Ana Cacilda pede a Thomaz da Mata Machado que relate frente a
252 Diretoria Colegiada o esforço empreendido pela CTIL e que em Piranhas, seja feita uma
253 reunião CTIL, CTOC e Diretoria Colegiada para tentar chegar a um consenso. Coloca ainda
254 que deve haver uma intervenção necessária da CTAI em todos os produtos da consultora e
255 pede a sua presença quando da próxima reunião CTIL. Foi proposto uma consulta a
256 Diretoria Colegiada para que haja uma reunião CTIL/DirCol, no dia 08 de agosto, às 17 h,
257 em Piranhas

258
259
260
261

ANA CACILDA RESENDE REIS
COORDENADOR CTOC

RITA PAULA SANTOS E SILVANA TOSTA
RELATORIA